



ANTROPOCENTRISMO SUL-RIOGRANDENSE, MEIO AMBIENTE COMO MOEDA E DESASTRE COMO LUCRO: ESTUDO DE CASO SOBRE A BARRAGEM DE DONA FRANCISCA E A FALÁCIA DO PROGRESSO PELA PRIVATIZAÇÃO

ANTHROPOCENTRISM IN SOUTH RIO GRANDE, ENVIRONMENT AS CURRENCY AND DISASTER AS PROFIT: CASE STUDY ON THE DONA FRANCISCA DAM AND THE FALLACY OF PROGRESS THROUGH PRIVATIZATION

Anita Brum¹
Fernando Hoffmam²

RESUMO

Entre movimentos histórico-políticos de privatização e estatização, o dever do Estado de potencializar seu alcance e eficiência para com seu povo permanece inalterado. No corrente ano, as enchentes no Estado do Rio Grande do Sul permitiram visualizar, na prática, a teoria por trás dos discursos que permeiam esses vieses administrativos. Este estudo de caso se concentra neste mesmo período, delimitado ao episódio da Usina Hidrelétrica localizada em Dona Francisca, interior da Quarta Colônia, o qual ficou marcado pelo horror à comunidade local e precariedade da estrutura, reproduzindo mais um caso no qual o patrimônio público gerou lucro privado e dívida socioambiental permanente. Empregando método exploratório, de modo quanti-qualitativo, perpassando pelos dados públicos sobre a estrutura da barragem e os fatos do ocorrido, muitas análises são possíveis, sendo direcionadas nesta pesquisa conforme os objetivos norteadores e o aporte teórico. Este, tendo por referência Naomi Klein e a lógica do capitalismo dos desastres. Os resultados preliminares revelam as evidências quantitativas como indicadores do despreparo da Usina e remanejamento deliberado da responsabilidade pelos agravamentos ao setor público, sistematicamente. Somado a isso, constata-se o local como mais um de tantos outros no País vitimados pela implementação e manutenção dessa matriz altamente poluente, seja pela ótica socioambiental, quanto ecológica e antropocêntrica, das hidrelétricas e a privatização como sinônimo de progresso.

Palavras-chave: antropocentrismo, desastres ambientais, privatização e enchentes no Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

Between historical-political movements of privatization and nationalization, the State's duty to enhance its reach and efficiency towards its people remains unchanged. This year, the floods in the State of Rio Grande do Sul made it possible to visualize, in practice, the theory behind the discourses that permeate these administrative biases. This case study focuses on this same period, limited to the episode of the Hydroelectric Plant located in Dona Francisca, in the interior of Quarta Colônia, which was marked by the horror of the local community and the precariousness of the structure, reproducing yet another case in which public property generated private profit and permanent socio-

¹ Especialista em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE/RS). Advogada. brum.anita@gmail.com

² Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor adjunto na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisador. ferdhoffa@yahoo.com.br



environmental debt. Using an exploratory method, in a quantitative and qualitative way, going through public data on the structure of the dam and the facts of what happened, many analyzes are possible, being directed in this research according to the guiding objectives and the theoretical contribution. This one, with reference to Naomi Klein and the logic of disaster capitalism. Preliminary results reveal quantitative evidence as indicators of the Plant's unpreparedness and deliberate relocation of responsibility for the aggravations to the public sector, systematically. Added to this, the site is one of many others in the country victimized by the implementation and maintenance of this highly polluting matrix, whether from a socio-environmental, ecological or anthropocentric perspective, of hydroelectric plants and privatization as a synonym for progress.

Keywords: anthropocentrism, environmental disasters, privatization and floods in Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

A capacidade de gerar energia constitui um marco na história da humanidade e delineou os rumos do processo civilizatório: desde suas formas mais primitivas (força muscular e alimentos), transcorrendo a descoberta do fogo, domesticação de animais, compreensão de fluídos (vento e água), extração de carvão e construção de máquinas a vapor, à eletricidade (pela descoberta de Tales de Mileto). Seja pelas tecnologias desenvolvidas, quanto pelas diferentes fontes de geração, a eletricidade permitiu a realidade como hodiernamente é conhecida, sob toda a teia de interesses ditada por poucos poderosos, sobre recursos de todos.

Com tantas potencialidades, a eletricidade gerou dependência na mesma medida, a qual é constantemente maximizada pela forma de estabelecimento típico do sistema capitalista dominante, através do extrativismo e formas retrógradas de geração energética. No Brasil, cujo potencial para energia limpa e sustentável é um dos maiores do mundo, sendo conhecimento público e notório desde os primórdios dos debates na área, a manutenção e implementação de modelos antigos escancara a incoerência de governos, organizações e pessoas, para si e com o planeta que habitam.

Dentro do emaranhado da globalização, a forçada adaptação para outras alternativas energéticas, decorrente de tratados, políticas superficiais e medidas “compensatórias”, contrasta a riqueza geográfica brasileira natural com a sua estrutura subdesenvolvida forçada pelo antropocentrismo. A passos lentos e tendo o exposto por motriz, todos os gastos e privatizações já concluídos e em andamento para fontes poluentes antigas, estão longe de ter um encaminhamento, que dirá



solução.

O meio ambiente, todavia, não dispõe de negociação, nem comporta mais esperas, visto o acúmulo de séculos de “progresso” baseado em “esgotamento de recursos”, “PIB” e “produção de bens”. Em território nacional, tanto as queimadas, quanto as secas e tempestades, escancaram o débito existente, sem possibilidade de barganha ou mesmo mínima segurança para os mais vulneráveis, social e economicamente.

Na região Sul, o corrente ano de 2024 está marcado por episódios de completo caos, despreparo e, segundo sustentam alguns especialistas (como os citados ao longo da pesquisa), uma tragédia anunciada, onde as enchentes agravaram seus impactos em locais que a modificação da natureza e as construções civis se sobrepuseram às necessidades nativas, bem como as comunidades locais e suas peculiaridades. Repetidamente, modelos econômicos interferindo para muito além de economia, esvaziando a teoria pela comprovação prática de suas falácias.

A comoção gerada e ausência de enfrentamento devido das situações, propulsionam esta pesquisa, a qual se propõe a estudar o ocorrido no formato de estudo de caso. Especificamente, o da Usina Hidrelétrica de Dona Francisca (UHE), interior da Quarta Colônia, no Estado do Rio Grande do Sul, no centro da pampa e ao sul do Brasil. Explorando por via quanti-qualitativa (primeiro organizando os dados públicos colhidos e, somente após, qualificando-os), com o referencial teórico restrito à Naomi Klein, sobre a vertente do capitalismo dos desastres.

Para tanto, informações foram coletadas em sites de domínio público, a fim de imprimir maior impessoalidade e confiabilidade, para posterior análise de sua compatibilidade com a realidade evidenciada no decorrer da enchente naquela localidade. A reflexão sistemática e não-participativa, adentra nas confrontações com a parte teórica abrangida, desenvolvendo interpretações nela suportadas. Na seqüência, os resultados são apresentados, em formato parcial, considerando esta pesquisa ser um recorte de uma proposta maior em andamento, cuja finalidade é justamente trazer luz à tragédia e debater caminhos conscientes para prevenção e enfrentamento.



1 A USINA HIDRELÉTRICA DE DONA FRANCISCA (UHE): A LINHA TÊNUE ENTRE TRAGÉDIA CLIMÁTICA E DESASTRE AMBIENTAL ANUNCIADO

Entre a última semana de abril e a primeira de maio, o Estado do Rio Grande do Sul sofreu com a destruição total e parcial de municípios inteiros, tomando os noticiários do País e do mundo³. O acumulado de chuvas teve início na Região Central, tomando proporções severas nas cidades que integram a chamada Quarta Colônia. Ao longo da semana, devido a falta de acesso e incomunicabilidade, as notícias chegavam informalmente, por intermédio de conhecidos e achismos, gerando um estado de alerta emocional que tomou os familiares e amigos, pela segurança daqueles que estavam em lugares sabidamente ameaçados e sua própria, sob a iminência de serem também atingidos.

Foi no final da referida semana que as chuvas se espalharam em direção a Região Metropolitana, afetando áreas recentemente atingidas por outro episódio similar - porém de menor proporção -, das quais cita-se a cidade de Muçum, da Região dos Vales. Seja pela proximidade com a capital gaúcha - Porto Alegre -, seja pelo histórico recente das outras enchentes naquelas localidades, foi com a chegada da chuva lá que, efetivamente, os noticiários passaram midiaticamente e televisionar os acontecimentos. O cessar da chuva ocorreu para todas as regiões envolvidas ao longo da primeira semana de maio, deixando um saldo negativo de vidas - multi-espécies -, bens imateriais e materiais, inestimáveis perdas e traumas gerados.

Nos arredores da cidade de Dona Francisca, cidade pequena muito próxima de várias outras - igualmente pequenas, como Nova Palma, Agudo, Faxinal do Soturno, Paraíso do Sul e outras -, está a barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) Dona Francisca, difundida pelos governos locais como uma das mais seguras do Brasil. Construída no final de 2000, detém 63 metros de altura e 660 metros de comprimento, sendo uma das várias barragens criadas no Rio Jacuí e seus afluentes, tanto legalizadas pelo

³ TORTELLA, Tiago. Enchentes mortais no Rio Grande do Sul são destaque na imprensa internacional. CNN, 04 abr. 2024. Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/enchentes-mortais-no-rio-grande-do-sul-sao-destaque-na-imprensa-internacional/#:~:text=As%20enchentes%20no%20Rio%20Grande%20do%20Sul%20repercutiram%20na%20imprensa,anos%20no%20Sul%20do%20Brasil](https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/enchentes-mortais-no-rio-grande-do-sul-sao-destaque-na-imprensa-internacional/#:~:text=As%20enchentes%20no%20Rio%20Grande%20do%20Sul%20repercutiram%20na%20imprensa,anos%20no%20Sul%20do%20Brasil.). Acesso em: 04 out. 2024.



Estado, quanto ilegais - frequentemente forçadas por produtores locais, para atividade agrícola e agropecuária -⁴.

Operada pela COTESA Energia e pertencente à Dona Francisca Energética S.A. (DFESA), posicionada em localização ambientalmente privilegiada da Região Central, o acionamento do Plano de Ação de Emergência (PAE) ocorreu só depois de níveis históricos de vazão de água serem atingidos. Mesmo comunidades locais inteiras já ilhadas em suas casas ou recolhidas umas com as outras, onde era possível algum ponto alto de abrigo. A informação foi divulgada pela ANEEL, mais especificamente na terça-feira (30 de abril de 2024) daquela semana⁵.

Conforme se verifica das reportagens padronizadas encaminhadas às imprensas - locais, regionais, estaduais e até mesmo nacionais -, o critério divulgado se pautava no suposto “risco de rompimento da barragem”, inexistindo menção quanto as famílias deslocadas (ou mesmo aquelas que só foram localizadas quase 1 (uma) semana depois) e o extrapolamento da situação. Cujas previsões climáticas anunciava há, pelo menos, 2 (duas) semanas antes o acumulado de chuva em pouco tempo, por longos períodos (vide atualizações da notícia principal)⁶.

Embora as notícias repassadas à imprensa assegurassem a retirada antecipada dos moradores das áreas de inundação, centenas de pessoas ficaram completamente ilhadas e sem qualquer tipo de comunicação, afora animais - domesticados ou não, mas na mesma condição de vítimas -. As chamadas zonas de autosalvamento e de salvamento secundário, em suma, eram igrejas e pontos em locais altos, inexistindo estruturas próprias e específicas para tanto, se quer promovidas pelas usinas e suas operadoras. Tão verdade, que comprovou tamanho despreparo o acontecimento de

⁴ DOTTO, Júlia. Fiscalização ambiental descobre duas barragens ilegais em afluentes do Rio Jacuí, no RS. **G1**, 17 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/01/17/fiscalizacao-ambiental-descobre-duas-barragens-ilegais-em-afluentes-do-rio-jacui-no-rs.ghtml>. Acesso em: 04 out. 2024.

⁵ JACOBSEN, Gabriel. Com vazão histórica, barragem de Dona Francisca aciona plano de emergência; prefeito diz que não há risco de rompimento. **GZH**, 1º mai. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2024/05/com-vazao-historica-barragem-de-dona-francisca-aciona-plano-de-emergencia-prefeito-diz-que-nao-ha-risco-de-rompimento-clvnzui22014a011w57qj6y1c.html>. Acesso em: 04 out. 2024.

⁶ JACOBSEN, Gabriel. Com vazão histórica, barragem de Dona Francisca aciona plano de emergência; prefeito diz que não há risco de rompimento. **GZH**, 1º mai. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2024/05/com-vazao-historica-barragem-de-dona-francisca-aciona-plano-de-emergencia-prefeito-diz-que-nao-ha-risco-de-rompimento-clvnzui22014a011w57qj6y1c.html>. Acesso em: 04 out. 2024.



dois funcionários da usina ficar ilhado por dias, na própria usina, posteriormente resgatados pela Força Aérea Brasileira (FAB), via helicóptero, carecendo sobrevoar 42 minutos de percurso, providenciado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado⁷.

A retirada por resgate aéreo de parte da população ilhada só começou a ser realizada com quase 1 semana de espera, em razão da chuva (dificultava o sobrevo) e por não existir previsão de outro modo pela própria usina, nem rotas alternativas para essas situações ou mesmo aparato específico (barcos e equipamentos adequados, por exemplo). Até mesmo o remanejamento das comunidades para esses locais de autosalvamento foi organizado pelas prefeituras, por meio dos planos de contingência (e não pela usina, que dirá previsto em seu PAE e PSB)⁸.

Do contrário, ao conferir o PAE vigente à época (e, oportunamente, excluído dos bancos oficiais do domínio público da Prefeitura Municipal e da UHE Dona Francisca), a estrutura da usina para situações de emergência era: equipamento descrito como 1 camionete 4x4, meios de transporte 2 veículos leves e 1 barco de alumínio para 4 pessoas, equipamento de segurança 10 rádios comunicadores, 5 kits de emergência, 50 extintores e 15 hidrantes. Para não considerar inexistente, pela própria natureza da atividade exercida, sensato afirmar deficitários os meios e recursos mobilizáveis, previstos pela UHE em seu PAE de 2022/2024⁹.

Mesmo a barragem da UHE Dona Francisca sendo classe B (risco baixo e dano potencial associado alto) e, por isso, obrigatória elaboração do Plano de Ações de Emergência (PAE) e Plano de Segurança de Barragem (PSB), este só foi “apresentado” 2 (dois) anos antes da enchente, em 2022. No mesmo período em que, à nível nacional, a Agência Nacional de Energia (ANEEL) precisou intensificar a exigência

⁷ KLUSENER, Letícia Almansa. Dois operadores de máquinas da Usina Hidrelétrica Dona Francisca foram resgatados nesta quarta. *Diário de SM*, 1º mai. 2024. Disponível em: https://diariosm.com.br/noticias/geral/_dois_operadores_de_maquinas_da_usina_hidreletrica_dona_francisca_foram_resgatados_nesta_quarta.591341. Acesso em: 04 out. 2024.

⁸ JACOBSEN, Gabriel. Com vazão histórica, barragem de Dona Francisca aciona plano de emergência; prefeito diz que não há risco de rompimento. *GZH*, 1º mai. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2024/05/com-vazao-historica-barragem-de-dona-francisca-aciona-plano-de-emergencia-prefeito-diz-que-nao-ha-risco-de-rompimento-clvnzui22014a011w57qj6y1c.html>. Acesso em: 04 out. 2024.

⁹ UHE DONA FRANCISCA. Plano de Segurança de Barragem. *Fractal Engenharia*, 12 jul. 2024. Disponível em: https://www.dfesa.com.br/wp-content/uploads/2023/07/PAE_UHE_Dona_Francisca_6a906f8456.pdf. Acesso em: 04 out. 2024.



desses Planos, visto que mesmo operando há tempos, as Usinas simplesmente não elaboravam, restando inerte quanto todos os riscos possíveis e sem qualquer plano de ação, por decorrência lógica e legal¹⁰.

Em números apurados pela referida Agência, à época, eram 62 usinas hidrelétricas, de médio e grande porte, sem PAE, nem estudos de segurança de barragens, definitivamente ilegais pelos requisitos previstos para a atividade de geração energética. Contabilizando as hidrelétricas de pequeno porte, mais grave subsistia a situação, eis que saltava para 86 usinas sem documentação essencial. A legalização destas hidrelétricas era mais um de vários outros problemas da matriz energética brasileira, como os reservatórios de rejeitos de minérios (fiscalizados pela Agência Nacional de Mineração (ANM)), frequentemente associados aos casos de Brumadinho (2019) e Mariana (2015)¹¹.

Em que pese a expressividade das usinas irregulares e a proximidade da apuração, com os eventos das enchentes em 2024, a situação que antecedeu Mariana (2015) estava ainda mais grave: eram 673 usinas hidrelétricas sem PAE e PSB. No ano de 2019, a ANEEL fiscalizava 673 hidrelétricas e, estas, 890 barragens, com 335 delas classificadas para alto risco de dano potencial e/ou acidente¹².

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), há pelo menos 26 mil barragens no Brasil, das quais 2.946 oferecem algum grau de risco de rompimento - fora as que não se tem conhecimento suficiente por ausência de vistoria e/ou estão com o PAE e PSB inexistentes ou irregulares -. Em termos populacionais, ultrapassa 1 milhão de pessoas no entorno mais próximo dessas áreas, desconsiderando as demais que ainda seriam vitimadas a longa e média distância.¹³

¹⁰ BORGES, André. Aneel cobra planos de segurança de barragens no País. *Estadão*, 03 mar. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/03/09/agencia-cobra-planos-de-seguranca-de-barragem-de-62-hidreletricas-no-pais.htm>. Acesso em: 04 out. 2024.

¹¹ BORGES, André. Aneel cobra planos de segurança de barragens no País. *Estadão*, 03 mar. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/03/09/agencia-cobra-planos-de-seguranca-de-barragem-de-62-hidreletricas-no-pais.htm>. Acesso em: 04 out. 2024.

¹² BORGES, André. Aneel cobra planos de segurança de barragens no País. *Estadão*, 03 mar. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/03/09/agencia-cobra-planos-de-seguranca-de-barragem-de-62-hidreletricas-no-pais.htm>. Acesso em: 04 out. 2024.

¹³ BRASIL DE FATO. Barragens potencializam risco de inundações com intensificação de eventos climáticos. *BdF*, 25 mai. 2024. Disponível em:



Seguro afirmar, portanto, muito mais que uma questão pontual, as barragens gaúchas fazem parte de uma mazela exponencialmente maior, a qual abrange todo o Brasil - um país de dimensões continentais -. Todavia, no ano de 2019, o governo estadual gaúcho, por decreto de seu governador (à época em seu primeiro mandato, Eduardo Leite), revogou a Política Estadual dos Atingidos por Empreendimentos Hidrelétricos, cuja finalidade era implementar medidas de segurança e suporte às comunidades locais¹⁴.

Esse instrumento era uma tentativa legal de garantir a proteção dos - estatisticamente - possíveis atingidos, instigando ações de fiscalização, planos emergenciais e democracia participativa (integrando a população na formulação das políticas que os afetariam diretamente), dentre outros reflexos exequíveis, senão houvesse sido extinto. Como no caso da UHE Dona Francisca, cujo PAE e PSB eram manifestamente frágeis e apresentados apenas 2 anos antes do ocorrido, a fim de dar por suprido, sem existir efetivo comprimento - técnico e científico - em estabelecer estratégias de evacuação, estruturas coerentes, rotas seguras, dentre tantos outros aspectos comportados naquele tipo de legislação.

2 O MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO: CONFLITO DE INTERESSES COM CUSTO REMANEJADO

No panorama da matriz energética brasileira, baseada em massiva geração hidrelétrica, uma das falácias é justamente sua “categorização” (embutida para, deliberadamente, dar aparência de coerente): mesmo sendo cientificamente comprovada poluente, a fonte hídrica é apresentada como “renovável”. Todavia, assim como o gás natural, petróleo e carvão mineral, o ciclo dessas fontes não são sustentáveis (logo, categorização que deveria ser prioridade, não apenas capacidade

<https://www.brasildefato.com.br/2024/05/25/barragens-potencializam-risco-de-inundacoes-com-intensificacao-de-eventos-climaticos-no-brasil>. Acesso em: 04 out. 2024.

¹⁴ BRASIL DE FATO. Barragens potencializam risco de inundações com intensificação de eventos climáticos. **BdF**, 25 mai. 2024. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/05/25/barragens-potencializam-risco-de-inundacoes-com-intensificacao-de-eventos-climaticos-no-brasil>. Acesso em: 04 out. 2024.



de renovar), onde até para esta repete-se poluição em larga escala, desqualificando sua adoção por seus próprios precedentes¹⁵.

Dentre os impactos das usinas hidrelétricas evidenciados de modo científico, pode-se destacar: deslocamento de comunidades inteiras para a construção desse tipo de empreendimento, desapropriações e conflitos por propriedades, confrontos com povos originários, alagamento de grandes áreas e destruição da vegetação natural - junto as espécies de flora e fauna aquática -, migração e extinção forçada de espécies nativas, poluição de água e ar, emissão de gases pela decomposição da matéria deslocada (como metano e gás carbônico), alteração no ciclo das águas, cheias e vazantes, interferência abrupta na migração de peixes e processo reprodutivo, também perda econômica e comercial não compensatórias ao longo dos anos¹⁶.

Em 1997 ocorreu a remodelação do processo de geração de energia no País, fracionando as atividades de geração, transmissão e distribuição, com o Estado deixou de investir em empresas estatais verticalizadas (abarcavam todo o processo) e passou a um intenso movimento de privatização. Esse fenômeno implicou em transferência de altos investimentos com recursos públicos diretamente para o controle da iniciativa privada, desmembrando as etapas da prestação do serviço e encarecendo seu preço de mercado, afetando diretamente a população geral. Dinâmica sistemática e peculiar implementada pela adoção do sistema capitalista de produção¹⁷, pelo qual mesmo os efeitos colaterais são passíveis de padronização, como seguramente é viável confirmar que se repete nesse caso¹⁸.

¹⁵ GUIDA, Carolina; TREVISAN, Ricardo. **Sobrevivências de cidades-ruínas pós barragem de Itaparica: uma montagem urbana**. PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 8, n. 29, p. 372-391, 6 jun. 2024. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/27121>. Acesso em: 18 set. 2024.

¹⁶ GUIDA, Carolina; TREVISAN, Ricardo. **Sobrevivências de cidades-ruínas pós barragem de Itaparica: uma montagem urbana**. PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 8, n. 29, p. 372-391, 6 jun. 2024. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/27121>. Acesso em: 18 set. 2024.

¹⁷ MACHADO ARÁOZ, Horacio **Ecología política de los regímenes extractivistas**. De reconfiguraciones imperiales y re-existencias decoloniales en nuestra América Bajo el Volcán, vol. 15, núm. 23, septiembre-febrero, 2015, pp. 11-51 Benemérita Universidad Autónoma de Puebla Puebla, México.

¹⁸ GUIDA, Carolina; TREVISAN, Ricardo. **Sobrevivências de cidades-ruínas pós barragem de Itaparica: uma montagem urbana**. PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 8, n. 29, p. 372-391, 6 jun. 2024. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/27121>. Acesso em: 18 set. 2024.



O aproveitamento de crises e catástrofes socioambientais para implementação de políticas neoliberais e o favorecimento de interesses corporativos vem sendo paulatinamente escancarado. Essa lógica, popularizada como “capitalismo dos desastres”, ressoa um eco profundo na construção de grandes usinas hidrelétricas, protegidas por lobismos estruturados no âmago do sistema capitalista e enraizados na história brasileira, como fio condutor do retrocesso com aparência de “progresso”. As usinas hidrelétricas, vendidas como “soluções energéticas”, na prática se confessa verdadeiros desastres socioambientais (atingindo diferentes camadas de impacto, direto e indireto)¹⁹.

A adoção dessa prática e sua implementação, especialmente em regiões de notável biodiversidade (espalhadas por todo o território nacional), deflagra uma cascata de destruição massiva. Florestas são devastadas, rios represados, comunidades - humanas e de outras espécies - forçadas a se retirarem e ecossistemas inteiros alterados de forma irreversível. Paradoxalmente, esses impactos ambientais são frequentemente minimizados ou ignorados em nome do desenvolvimento econômico e da geração de energia. Assim como Naomi Klein demonstra em sua obra, as crises ambientais geradas pelas hidrelétricas são aproveitadas para justificar a implementação de políticas que beneficiam grandes corporações e aprofundam as desigualdades sociais²⁰.

Toda essa insistência na manutenção das usinas existente e criação de novas, desmascaram a força dos interesses econômicos e políticos que os sustentam. A construção de uma usina hidrelétrica é um empreendimento de grande porte, que envolve grandes investimentos e gera lucros consideráveis para as empresas envolvidas. Essa dinâmica cria uma espécie de “inercia” do sistema, tornando difícil a implementação de alternativas mais sustentáveis e eficientes²¹.

¹⁹ KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: A ascensão do capitalismo de desastre. Naomi Klein, tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

²⁰ KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: A ascensão do capitalismo de desastre. Naomi Klein, tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

²¹ KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: A ascensão do capitalismo de desastre. Naomi Klein, tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.



CONCLUSÃO

As enchentes que assolaram o Estado do Rio Grande do Sul no último ano revelaram, de forma crua e contundente, as fragilidades de um modelo de desenvolvimento fracassado, o qual prioriza o lucro em detrimento a vida e o meio ambiente. Neste contexto, o presente estudo aprofundou a análise de um caso emblemático: a Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, localizada no interior da Quarta Colônia, uma parte fundamental da riqueza étnico cultural brasileira, em pleno solo gaúcho.

Por intermédio de uma abordagem metodológica exploratória, com emprego de dados quantitativos e qualitativos, este artigo buscou desvelar as dinâmicas que levaram à intensificação dos impactos das enchentes naquela região, com destaque para o papel da usina em questão. A pesquisa, inspirada nas teorias de Naomi Klein sobre o capitalismo dos desastres, trouxe como objetivo principal a tentativa de compreender como a construção e a operação da usina contribuíram para a vulnerabilidade da comunidade local e para a degradação ambiental.

Sem desconsiderar, conjuntamente, um padrão sistêmico em todo o País, decorrente da matriz energética predominante e do fetiche pela privatização para gerir os recursos comuns, interesses coletivos e rumos de toda nação. Os resultados preliminares indicam que o suporte e plano de emergência da barragem apresentavam diversas deficiências, as quais, somadas aos eventos extremos, potencializaram os danos causados pelas enchentes.

Não bastasse a praxe das usinas hidrelétricas no Brasil ser a implementação destas para, somente muitos anos após, apresentarem planos de emergência e ação (os quais deveriam ser, senão prévia, das mais salutares etapas), sua formalização tosca e superficial foi posta à prova no episódio da enchente e, como se constatou, nem mesmo conseguiu garantir a segurança dos próprios funcionários. Além disso, a análise dos dados reforça outro padrão estabelecido à nível nacional: a transferência da responsabilidade pelos prejuízos causados por grandes empreendimentos para o



poder público, enquanto os setores privados lucram com a exploração dos recursos naturais, cujos danos são irreparáveis e permanentes.

Este estudo de caso demonstrou como a construção de hidrelétricas, muitas vezes apresentadas como sinônimo de progresso e desenvolvimento, pode gerar impactos socioambientais devastadores, especialmente quando associada a modelos de gestão que priorizam o lucro em detrimento da sustentabilidade. A experiência de Dona Francisca serve como um alerta para a necessidade de repensarmos as formas de produção e consumo de energia, buscando alternativas mais justas e equitativas para todos.

Mesmo sob o aspecto comercial, a utilização de usinas hidrelétricas representa lucro unicamente na lógica capitalista de apropriação de áreas e bens comuns, para aproveitamento de alguns e lucro de poucos (e monopolizados). A crescente pressão por um modelo energético mais sustentável, aliado aos avanços tecnológicos e à queda dos custos das fontes renováveis, exige uma revisão profunda das políticas públicas e das práticas do setor elétrico.

Toda essa dependência excessiva - e proposital - de grandes hidrelétricas expõe o país a diversos riscos, sendo a vulnerabilidade a eventos climáticos extremos, a escassez hídrica e a perda de biodiversidade, apenas alguns dos elucidados. Nesse contexto, a transição para um modelo energético mais diversificado, que inclua fontes renováveis como a solar, a eólica e a biomassa, se apresenta como uma alternativa mais promissora para garantir a segurança energética e o desenvolvimento sustentável do país.

As enchentes no Rio Grande do Sul, aqui enfocadas à UHE Dona Francisca, abrem as feridas de um país subdesenvolvido que clama por profunda reflexão sobre a (cor)relação entre a humanidade e o meio ambiente, complexo fenômeno antropocêntrico. A visão de mundo que coloca o ser humano no centro de tudo precisa dar espaço para reconhecer a danosidade das ações humanas e sua irreversibilidade. A tragédia - anunciada ou não, a depender de quem observa e valora - teve contornos ampliados por práticas como o desmatamento e a ocupação humana de áreas propensas a deslizamentos, mais ainda após tantas - e bruscas - modificações do solo, exemplos clássicos dos desafios impostos pelo Antropoceno.



Ao priorizar o desenvolvimento econômico a curto prazo, a sociedade moderna tem negligenciado os limites planetários e os impactos de suas ações sobre os ecossistemas. Oportunamente, a necessidade de adotar perspectivas mais cosmopolitas, considerando a interdependência entre todos os seres vivos e a finitude dos recursos naturais, não os limitando a monetização e índices de produtividade capitalista, impõe urgência ao tema e aplicação prática. A revisão do hodierno modelo energético, desenvolvendo alternativas mais sustentáveis e eficientes, que conciliem o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e a promoção da justiça social, precisa ser mais que um discurso.

REFERÊNCIAS

AGUDO. Barragem Dona Francisca apresenta Plano de Segurança. Agudo, RS: Prefeitura Municipal, 23 jun. 2022. Disponível em: <https://www.agudo.rs.gov.br/noticias/barragem-dona-francisca-apresenta-plano-de-seguranca>. Acesso em: 04 out. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL DE FATO. Barragens potencializam risco de inundações com intensificação de eventos climáticos. **BdF**, 25 mai. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/25/barragens-potencializam-risco-de-inundacoes-com-intensificacao-de-eventos-climaticos-no-brasil>. Acesso em: 04 out. 2024.

BORGES, André. Aneel cobra planos de segurança de barragens no País. **Estadão**, 03 mar. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/03/09/agencia-cobra-planos-de-seguranca-de-barragem-de-62-hidreletricas-no-pais.htm>. Acesso em: 04 out. 2024.

COSTA, Alyne de Castro. **Da verdade inconveniente à suficiente**: cosmopolíticas do Antropoceno. *Cognitio-Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia*, v.18, n.1, p.37-49, 2021

DEUTSCHE WELLE. Barragens: Cinco impactos que elas causam ao meio ambiente. **INFOSÃO FRANCISCO**, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://infosaofrancisco.canoadetolda.org.br/noticias/barramentos/barragens-cinco-impactos-que-elas-causam-ao-meio-ambiente/#:~:text=Al%C3%A9m%20do%20deslocamento%20de%20comunidades,valiosos%20e%20corta%20corredores%20migrat%C3%B3rios>. Acesso em: 04 out. 2024.

DOTTO, Júlia. Fiscalização ambiental descobre duas barragens ilegais em afluentes do Rio Jacuí, no RS. **G1**, 17 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/01/17/fiscalizacao-ambiental-descobre-duas-barragens-ilegais-em-afluentes-do-rio-jacui-no-rs.ghtml>. Acesso em: 04 out. 2024.



GUIDA, Carolina; TREVISAN, Ricardo. **Sobrevivências de cidades-ruínas pós barragem de Itaparica: uma montagem urbana**. PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 8, n. 29, p. 372-391, 6 jun. 2024. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/27121>. Acesso em: 18 set. 2024.

JACOBSEN, Gabriel. Com vazão histórica, barragem de Dona Francisca aciona plano de emergência; prefeito diz que não há risco de rompimento. **GZH**, 1^o mai. 2024. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2024/05/com-vazao-historica-barragem-de-dona-francisca-aciona-plano-de-emergencia-prefeito-diz-que-nao-ha-risco-de-rompimento-clvnzui22014a011w57qj6y1c.html>. Acesso em: 04 out. 2024.

KLUSENER, Letícia Almansa. Dois operadores de máquinas da Usina Hidrelétrica Dona Francisca foram resgatados nesta quarta. **Diário de SM**, 1^o mai. 2024. Disponível em:

https://diariosm.com.br/noticias/geral/_dois_operadores_de_maquinas_da_usina_hidreletrica_don_a_francisca_foram_resgatados_nesta_quarta.591341. Acesso em: 04 out. 2024.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: A ascensão do capitalismo de desastre**. Naomi Klein, tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO ARÁOZ, Horacio **Ecología política de los regímenes extractivistas**. De reconfiguraciones imperiales y re-existencias decoloniales en nuestra América Bajo el Volcán, vol. 15, núm. 23, septiembre-febrero, 2015, pp. 11-51 Benemérita Universidad Autónoma de Puebla Puebla, México.

TORTELLA, Tiago. Enchentes mortais no Rio Grande do Sul são destaque na imprensa internacional. **CNN**, 04 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/enchentes-mortais-no-rio-grande-do-sul-sao-destaque-na-imprensa-internacional/#:~:text=As%20enchentes%20no%20Rio%20Grande%20do%20Sul%20repercutiram%20na%20imprensa,anos%20no%20Sul%20do%20Brasil>. Acesso em: 04 out. 2024.

UHE DONA FRANCISCA. Plano de Segurança de Barragem. **Fractal Engenharia**, 12 jul. 2024.

Disponível em: https://www.dfesa.com.br/wp-content/uploads/2023/07/PAE_UHE_Dona_Francisca_6a906f8456.pdf. Acesso em: 04 out. 2024.